

EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 928/2024

Este edital será regido pelo artigo 80 da Lei Federal nº 14.133/2021 e pela portaria 10/2024 que regulamenta a pré-qualificação, no âmbito do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha – CIMBAJE.

1. PREÂMBULO

1.1. ÓRGÃO GERENCIADOR: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha – CIMBAJE.

1.2. CRONOGRAMA:

ETAPA	DATA
Recebimento dos documentos	09/12/2024
Fim do recebimento dos documentos	23/12/2024
Divulgação dos licitantes pré-qualificados	27/12/2024
Abertura do prazo recursal	30/12/2024
Divulgação de recursos apresentados	06/01/2024
Abertura do prazo de contrarrazões	06/01/2024
Data limite para publicação do julgamento dos recursos	10/01/2024
Data de publicação do pregão	13/01/2024

A justificativa para a utilização do cronograma apresentado no processo de pré-qualificação é fundamentada com base nos requisitos legais e nos princípios de competitividade e

eficiência, que orientam as licitações públicas, conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021 e pelas orientações jurisprudenciais do Tribunal de Contas da União.

O período estipulado para o recebimento dos documentos atende aos princípios de isonomia e ampla participação, assegurando tempo suficiente para que os interessados preparem e submetam sua documentação. Conforme orientado pelo TCU, prazos muito curtos podem impedir a participação de potenciais interessados e comprometer a seleção da proposta mais vantajosa (Orientações e Jurisprudência do TCU sobre Licitações e Contratos - 5ª Edição: 621). Outrossim, a realização do pregão após o julgamento dos recursos permite que todas as questões sejam resolvidas com suficiente antecedência, garantindo que todos os participantes estejam em igualdade de condições no momento da licitação, conforme princípios de isonomia, competitividade e eficiência, estabelecidos na Lei 14.133/2021.

Portanto, os prazos do cronograma proposto se tornam justificáveis pela necessidade de garantir um processo equitativo, transparente e eficiente. No entanto, recomenda-se que os interessados sempre estejam atentos às eventuais particularidades do processo que possam requerer adaptações no cronograma para melhor atender aos objetivos do certame e às necessidades da Administração Pública, de acordo com as circunstâncias específicas e observando os princípios legais vigentes

1.3. Os Licitantes interessados em participar do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2024**, com o critério de **MAIOR DESCONTO RESULTANTE**, deverão estar pré-qualificados, nos termos do presente edital.

1.4. Caso haja atraso no atual cronograma, a sessão pública será temporariamente interrompida, sendo exigido que todos os licitantes pré-qualificados, bem como aqueles que aguardam o desfecho do julgamento de recurso, submetam suas propostas na plataforma eletrônica em conformidade com as disposições do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2024**.

1.5. O Edital de pré-qualificação será disponibilizado gratuitamente através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, do site oficial do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha - CIMBAJE, através do endereço eletrônico

Rua Prefeito Estevam Melo, n.º 02 – NSA. Senhora Das Graças – 39.930-000 – Jacinto/MG – Tel.: 33.3723 1270 –

site: WWW.CIMBAJE.MG.GOV.BR CNPJ: 07.306.549/0001-58

www.cimbaje.mg.gov.br e da Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br a partir de sua publicação. Os pedidos de esclarecimento, recursos e envio de documentação deverão ser enviados para o e-mail: licitacao@cimbaje.mg.gov.br.

2. OBJETO

2.1. OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no gerenciamento da frota de veículos visando o ABASTECIMENTO de combustíveis (gasolina, etanol, diesel comum, S10 e S500) e abastecimento com ARLA 32, dos mesmos em uma ampla rede credenciada de postos de combustível, bem como manutenção preventiva e corretiva incluindo serviços mecânicos, elétricos, lanternagem, pintura, retífica de motores, alinhamento de direção, balanceamento de rodas, trocas de óleo para motor, trocas de filtros de óleo e filtros de ar, serviços de guincho, serviços de borracharia, com fornecimento de peças, pneus, baterias, lubrificantes, produtos e acessórios de reposição genuínos, implantação e operação de sistema informatizado e integrado, com acesso por meio de cartão magnético com chip via internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, em todo o TERRITÓRIO NACIONAL, conforme especificações contidas no termo de referência.

3. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta pré-qualificação as empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste certame e que satisfaçam integralmente, as condições previstas neste Edital.

3.2. Será admitida a participação, nesta pré-qualificação, de empresas licitantes reunidas em consórcio, desde que atendidas as exigências do Artigo 15 da Lei 14.133/2021.

3.3. Não poderão participar as empresas que se encontrarem sob falência, concordata,

recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a administração pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Órgão Licitante ou qualquer órgão da Administração Pública.

3.4. Não poderá participar da presente licitação as empresas das quais o servidor do Órgão Licitante, seja gerente, acionista controlador, sócio, responsável, técnico ou subcontratado.

3.5. A participação na presente Pré-qualificação implica na aceitação plena e irrevogável das condições constantes neste Edital e seus Anexos.

3.6. As licitantes respondem pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados em todas as etapas deste certame.

3.7. As Licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação dos documentos de habilitação. O Ente Público, em nenhuma hipótese será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na Licitação ou os seus resultados.

4. CRITÉRIOS PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

4.1. O §3º do art. 3º da portaria 10/2024 do CIMBAJE, institui que:

§3º - A pré-qualificação poderá ser:

- I - subjetiva, quando destinada a identificar licitantes e contratantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou contratação vinculada a programas de obras ou de serviços objetivamente definidos;
- II - objetiva, quando destinada a identificar bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela Administração;
- III - parcial, quando envolver parte dos requisitos técnicos ou de habilitação passíveis de serem exigidos nos termos da Lei federal nº. 14.133, de 2021, sendo os demais solicitados nos futuros procedimentos de licitação ou contratação direta;
- IV - total, quando envolver a totalidade dos requisitos técnicos ou de habilitação passíveis de serem exigidos nos termos da Lei federal nº. 14.133, de 2021, ficando

os futuros procedimentos de licitação ou contratação direta limitados a exigirem atualizações, quando for o caso.

Considerando as definições acima, a presente pré-qualificação será de caráter parcial, abrangendo exclusivamente a avaliação do sistema de gerenciamento de frotas, bem como das documentações jurídicas, fiscais e trabalhistas. Os demais requisitos serão objeto de análise durante o PREGÃO ELETRÔNICO nº 007/2024, conforme cronograma previamente estabelecido.

4.2. As empresas deverão apresentar os seguintes documentos para serem pré-qualificadas:

4.2.1. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

4.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

4.2.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

4.2.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

4.2.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.

4.2.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

4.2.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria–Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora–Geral da Fazenda Nacional.

4.2.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

4.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

4.2.2.7. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

4.2.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.3. SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE FROTAS

4.3.1. As empresas deverão apresentar o sistema de gerenciamento de frotas com as seguintes características para serem pré-qualificadas:

4.3.1.1. O sistema deverá possibilitar a obtenção de diagnósticos/orçamentos das peças e serviços por intermédio da rede de lojas e oficinas credenciadas pela CONTRATADA, para atender os veículos da frota do contratante.

4.3.1.2. O sistema deverá solicitar ao usuário a confirmação dos dados do veículo em manutenção antes da autorização de execução;

4.3.1.3. O sistema deverá permitir a manutenção dos cadastros, parametrizações e emissão de relatórios operacionais e financeiros para controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e respectivas despesas com os serviços;

4.3.1.4. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos e máquinas cadastrados, com identificação de toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas com serviços gerais, peças em geral e tudo mais que envolva a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores, possibilitando o controle e gestão das informações sobre os veículos, devendo ser disponibilizadas as seguintes informações acumuladas, a partir da contratação dos serviços:

- I. Ordem de serviço cadastrada;
- II. Comparativo do valor na Ordem de Serviço;
- III. Diagnóstico/Orçamento eletrônico;
- IV. Registro de garantia de peças/serviços;
- V. Histórico dos diagnósticos/orçamentos;
- VI. Comparação de diagnósticos/orçamentos para análise de histórico;
- VII. Cotação em tempo real (on-line) das oficinas – transparência nos dados e informações, velocidade na operação, automatização do processo;
- VIII. Cadastro do veículo;
- IX. Cadastro dos condutores;
- X. Composição da frota e idade média;
- XI. Relação de estabelecimentos de manutenção credenciados;

- XII. Relatório de operação de manutenção;
- XIII. Custos por grupo de manutenção ou centro de custos – Veículo;
- XIV. Custos e quantidade por tipo de manutenção – veículos;
- XV. Veículos x manutenção preventiva e corretiva;
- XVI. Pesquisa no sistema – garantia de peças e serviços;

4.3.2. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período pré-estabelecido pelos fiscais responsáveis, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

4.3.3. O Sistema deverá possibilitar à CONTRATANTE, por meio da rede credenciada da CONTRADADA, aquisição de quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo solicitado, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou através da rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotivos e afins, definidas pelas seguintes características e procedências:

- I. Originais, genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo, ou Originais, do fabricante fornecedor da montadora dos veículos, atendidos nos mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo, ou de outros fabricantes, cujo produto atenda os níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da administração.
- II. De uso automotivo, independente de recomendação/indicação do fabricante, desde que seja certificado para o modelo do veículo a ser reparado com qualidade comprovada.

4.3.4. O sistema tecnológico integrado deverá, adicionalmente:

- III. Viabilizar pagamento dos serviços, sendo que para tal, cada veículo terá seu próprio cartão magnético com chip, individual e personalizado.

- IV. Validar a identificação de cada condutor, através de senha pessoal, durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela CONTRATADA.
- V. Identificar simultaneamente o veículo e o motorista através de senha e matrícula para segurança.
- VI. Permitir o bloqueio / desbloqueio / troca de senha VIA WEB, em tempo real, para gerenciamento, acompanhamento e ações proativas por parte do CONTRATANTE.
- VII. Permitir cadastro, via WEB, de limite de crédito para cada veículo da frota, o qual não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do setor responsável do contratante.
- VIII. A rede de postos credenciados deverá estar equipada para aceitar transações e processos de contingência para finalização da transação.
- IX. Possibilitar o fechamento de rede no sistema, facilitando o poder de negociação do cliente junto ao posto, permitindo abastecimento somente pelo preço negociado com os postos de combustíveis. O sistema através da captura na rede credenciada deverá respeitar o valor negociado e cadastrado no sistema de gestão conforme a negociação realizada.
- X. Alternância entre visualização de unidades por grupos de veículos (departamentos municipais) ou lista geral em ordem alfabética, com expansão para detalhamento de telemetria do veículo.
- XI. Exibição da unidade (veículo) no painel geral de monitoramento, contendo: endereço completo, condutor vinculado, estado de movimento da unidade, estado de ignição, estado de fixação de satélites, estado de conexão GPRS.
- XII. Exibição da (unidade) veículo em janela de telemetria, contendo: endereço completo, condutor vinculado (com foto), velocidade, quilometragem total percorrida, cercas eletrônicas, modelo de equipamento (unidade de rastreamento), número de equipamento IMEI, número do cartão SIM contido, estado de ignição, tensão de alimentação, carga interna da bateria, dados de identificação do veículo (marca, modelo, cor, tipo, ano), coordenadas geográficas e tempo total de motor ligado.
- XIII. Exibição rápida de percurso, com possibilidade de alteração do intervalo de exibição.

- XIV. Execução rápida de comandos pré-configurados por veículo, como bloqueio e desbloqueio do funcionamento do motor.
- XV. Registro de evento customizado, como: alteração de estado da unidade, abastecimento de combustível e trabalho de manutenção.
- XVI. Exibição de percurso completo realizado pelo veículo, com escolha de cor, distinção por velocidade do veículo ou estado (ou valor) de sensor, e escolha da espessura do traçado do percurso em pixels, para facilitação da visualização do gestor público.
- XVII. Traçado do percurso deve conter e indicar no mapa, localidade, data e horário de:
- a) excessos de velocidade;
 - b) eventos registrados manualmente;
 - c) fotografias e vídeos executados (quando for o caso);
 - d) estacionamentos e paradas.
 - e) abastecimentos e roubos de combustível (quando for o caso);
- XVIII. Reprodutor de percursos, com ajuste de velocidade de reprodução, exibição de parâmetros do veículo no momento de cada geo-ponto, exibição de sensores e valores de sensores no momento de cada geo-ponto, endereço e velocidade do veículo no momento de cada geo-ponto, janela de *street view* integrada para facilitação da visualização e interpretação do gestor público.
- XIX. Salvamento de traçado de percurso como cerca eletrônica.
- XX. Visualização de pacotes de dados recebidos no *software* de monitoramento telemático de acordo com seu tipo, sendo:
- a) mensagens de dados;
 - b) mensagens SMS;
 - c) comandos enviados;
 - d) eventos registrados;
 - e) registro ou *log* de informações;
- XXI. Geração de relatórios baseados em modelos personalizados de acordo com as operações de controle, fiscalização e monitoramento realizadas pelo gestor público.

- XXII. Entrega de relatórios com ajuste de objeto, podendo ser por veículo, grupos de veículos, usuário, motorista, reboque, recurso, rota, grupos de motoristas, e passageiros.
- XXIII. Adição de gráficos e tabelas de diferentes tipos aos modelos de relatório desenvolvidos.
- XXIV. Adição de informações de vínculos e desvinculo de condutores, sensores, reboques, contadores, tráfego GPRS, ranqueamento e penalidade de condutores, manutenção e custos, problemas de conexão, infrações, dentre outros.
- XXV. Visualização de modelos de relatórios por diferentes recursos de contas.
- XXVI. Impressão direta de relatório gerado.
- XXVII. Exportação para formatos xls, .pdf.
- XXVIII. Exibição de cercas eletrônicas por listagem alfabética ou por grupos de cercas eletrônicas.
- XXIX. Construção de rotas a partir de endereços entrados, apontados no mapa, ou a partir de cercas eletrônicas pré-definidas.
- XXX. Roteirização automática inteligente entre dois ou mais pontos de controle.
- XXXI. Adição de múltiplos itinerários e cronogramas dentro de uma mesma rota.
- XXXII. Alerta automático sobre atrasos ou avanços de cronograma em pontos de controle, com possibilidade de ajuste de tempo de folga.
- XXXIII. Atribuição de um ou mais veículos dentro de uma mesma rota.
- XXXIV. Ajuste de ordem dos pontos de controle.
- XXXV. Acompanhamento de progresso da unidade por janela de acompanhamento em tempo real.
- XXXVI. Exportação de rota para dispositivo de navegação externo instalado no veículo, quando for o caso.
- XXXVII. Exibição de condutores por listagem alfabética ou por grupos de condutores.
- XXXVIII. Vinculação manual de condutor ao veículo.
- XXXIX. Vinculação automática de condutor ao veículo por meio de dispositivo de identificação pessoal (RFID Card, *iButton*, teclado alfanumérico).

- XL. Envio de mensagens SMS ao condutor.
- XLI. Criação e modificação de campos cadastrais de condutores, reboques e unidades.
- XLII. Exibição de reboques por listagem alfabética ou por grupos de reboques.
- XLIII. Vinculação manual de reboque ao veículo.
- XLIV. Realizar tarefas automáticas, tais como:
- XLV. executar comando sobre veículo;
- XLVI. alterar acesso às unidades;
- XLVII. enviar relatórios por e-mail;
- XLVIII. reinicializar contadores de quilometragem, de tempo de motor ligado do veículo e de tráfego GPRS.
- XLIX. Visualização de alertas por diferentes contas.
- L. Alterar estado do alerta (habilitado/desabilitado).
- LI. Atribuir acionamento do alerta mediante os seguintes acontecimentos:
 - a) velocidade do veículo, acima ou abaixo de limite pré-estipulado pelo gestor público;
 - b) entrada ou saída de cerca eletrônica;
 - c) ativação de entrada digital do equipamento rastreador;
 - d) valor específico de um parâmetro escolhido em um pacote de dados;
 - e) valores específicos de um determinado sensor;
 - f) perda de conexão;
 - g) marcha lenta;
 - h) interposição de unidades;
 - i) progresso, atraso ou desvio de rota;
 - j) vínculo de condutor, reboque ou passageiro;
 - k) manutenção preventiva em aproximação.
- LII. Possibilidade de execução de ações a serem tomadas mediante acionamento do alerta, tais como:
 - a) notificação por e-mail;
 - b) notificação em tempo real por janela de notificação, com alertas sonoros (sirene de emergência) e visuais;

- c) notificação por aplicativo móvel;
- d) registro de evento (e violação) para unidade;
- e) alterar acesso à unidade;
- f) definir novos valores de contadores;
- g) armazenar valor de contadores como parâmetro;
- h) registrar estado da unidade;
- i) modificar grupos de unidades;
- j) enviar relatórios por e-mail;
- k) criar itinerários (em rotas) para unidade;
- l) redefinir reboque e/ou condutor;
- m) executar comandos ao veículo, tais como: bloqueio e desbloqueio do funcionamento do motor da unidade; reprogramação automática e imediata de intervalo de rastreamento.

LIII. Contagem de vezes de execução do alerta.

LIV. Exibição de unidades vinculados ao alerta.

LV. Construção de texto de exibição do alerta personalizado, com possibilidade da adição de parâmetros do veículo ao mesmo.

LVI. Limitação de intervalos de tempo para ativação do alerta.

LVII. Atualização manual de campos de contadores de quilometragem, de tempo de motor ligado e tráfego GPRS.

LVIII. Alteração de parâmetro utilizados em relatórios como velocidade urbana, intervalo máximo entre mensagens e coeficiente de quilometragem.

LIX. Alteração de cores de rótulos de unidades. Uso de cores por velocidade ou por diferentes valores de sensores embarcados ao veículo, o que facilita a distinção do estado da unidade pelo gestor público;

LX. Elaboração do perfil do veículo, contendo dados de identificação, tais como:

- a) tipo do veículo;
- b) chassis;
- c) placa de registro;

- d) marca;
- e) modelo;
- f) ano;
- g) cor;
- h) capacidade máxima de carga;
- i) dimensões;
- j) eixos;
- k) veículo comum ou acessível.

LXI. Campos para controle de manutenção preventiva, vinculados à alertas personalizados e automáticos, e relatórios.

LXII. Detecção de unidades próximas a endereço especificado.

LXIII. Funções importar/exportar (unidades, mensagens, cercas eletrônicas, tarefas, relatórios, reboques, motoristas, alertas) entre diferentes recursos de contas e para arquivo.

LXIV. Contador estatístico de recursos utilizados por conta/usuário.

LXV. Provedor de mapas disponíveis: Google, OpenStreetMap e Bing, no mínimo.

LXVI. O software de gerenciamento deve conter aplicação integrada que permite o levantamento do tempo de atualização das unidades, isto é, controle da última mensagem (pacote de dados com localização) enviada por cada unidade, para que a partir de um determinado tempo, possam ser tomadas medidas de manutenção, quando necessário. Se um veículo não transmite sua posição a mais de 48h, por exemplo, a aplicação o exibe automaticamente dentre uma lista decrescente de tempo; sem a necessidade do gestor público ter que inquirir esta informação manualmente dentre toda a lista de unidades.

LXVII. A empresa disponibilizará treinamento ao operador do software (gestores públicos e demais usuários da plataforma) e deve disponibilizar um técnico em tempo integral para assistência remota no que for necessário.

LXVIII. O software de gerenciamento deve conter aplicação integrada que permite envio de comandos GPRS e possível reprogramação rápida de intervalo de

rastreamento das unidades. Pois, mediante situação de sinistro, o intervalo de tempo de transmissão deve ser reduzido.

LXIX. Disponibilidade de aplicativo *mobile* (Android e iOS) para monitoramento veicular, com possibilidade de envio dos mesmos comandos disponibilizados na plataforma *web*.

LXX. O equipamento rastreador (*hardware* principal) embarcado deve ter a capacidade de registrar o mínimo de 10.000 geo-pontos, quando em áreas não cobertas pela rede GSM/3G/4G, e capacidade de transmitir e entregar os dados na sequência que os fatos ocorreram quando fora de área de cobertura.

LXXI. O software de gerenciamento deve possuir aplicação integrada específica para controle de rotas escolares, realizadas por veículos escolares (vans, ônibus e microônibus), onde seja permitido cadastro e controle de visitação dos pontos escolares, cadastro e acompanhamento de rotas escolares, e seus devidos relatórios de visitação.

LXXII. A bateria interna do dispositivo rastreador e transmissor de dados deve ter autonomia de transmissão de dados por durante 3 horas no mínimo, ininterruptamente, em caso de corte de energia externa.

LXXIII. O módulo rastreador deve conter giroscópio interno a fim de que curvas realizadas pelo veículo sejam identificadas e então um pacote de dados com posicionamento seja enviado imediatamente ao *software* de gerenciamento, para que o traçado de percursos seja definido com exatidão, e não haja “corte” por dentre quadras.

LXXIV. O software de gerenciamento deve possuir capacidade de janela *street view* para acompanhamento em tempo real da localização do veículo com capacidade de visualização pelos gestores públicos do ambiente real em que se encontra o veículo, a fim de melhorar a acurácia e efetividade da operação de fiscalização e monitoramento desempenhada.

LXXV. O software de gerenciamento deve conter aplicação integrada que permita a visualização dos chamados *replays* de percurso, com estilo “linha do tempo” com a finalidade de ser utilizado para precisar e detalhar percursos realizados anteriormente.

LXXVI. O software de gerenciamento deve permitir a criação de usuários e contas de forma ilimitada e gratuita, com possibilidade de sistematização por hierarquia,

contemplando departamentos municipais e gestores, tão bem quanto outros usuários da plataforma, com diferentes níveis de acesso e permissões.

LXXVII. A plataforma deve dispor de aplicação integrada específica para troca de mensagens entre os condutores e gestores do sistema de rastreamento. O condutor se utiliza de seu *smartphone* com aplicação instalada integrada à plataforma para envio e recebimento de mensagens.

LXXVIII. O backup das informações e histórico de dados dos veículos devem ser mantidos por no mínimo 3 meses, na plataforma.

4.3.5. O sistema deverá emitir no posto credenciado comprovante de transação, contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:

- I. Identificação do Posto (nome e endereço);
- II. Identificação do veículo (placa) e condutor;
- III. Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;
- IV. Tipo de combustível;
- V. A data e hora da transação;
- VI. Quantidade de litros;
- VII. Valor unitário;
- VIII. Valor total da operação;
- IX. Disponibilizar acesso ao Sistema de Gerenciamento de Frota em níveis de acessos compatíveis ao modelo definido pelo CONTRATANTE.

4.3.6. Permitir que o CONTRATANTE estabeleça níveis de permissão (consulta/administração) do acesso ao Sistema de Gerenciamento de Abastecimento, podendo um ou mais funcionário ter acesso completo ou parcial de toda frota.

4.3.7. Registro informatizado dos dados de abastecimentos e disponíveis para consulta via WEB em tempo real.

4.3.8. Envio de e-mail para o CONTRATANTE apontando as inconsistências e parametrizações designadas.

4.3.9. Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos.

4.3.10. Controle de combustível para frota.

4.3.11. Cancelamento imediato para o caso de perda ou extravio de cartão.

4.3.12. Identificação do condutor no momento do abastecimento através de senha pessoal.

4.3.13. Permitir a verificação de erros de cadastros e verificação da quantidade de cartões coringa ativos.

4.3.14. O Sistema Tecnológico Integrado deverá emitir relatórios gerenciais e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores e consumo específico por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros adotados, além de outros relatórios de interesse do CONTRATANTE, a saber:

4.3.15. Relatórios de histórico das operações realizadas pela frota contendo:

- I. Data;
- II. Hora;
- III. Identificação do estabelecimento;
- IV. Identificação do condutor;
- V. Identificação do Veículo (placa);
- VI. Valor total da operação em R\$ (reais);
- VII. Quilometragem percorrida por veículo;
- VIII. Históricos das operações realizadas por estabelecimento credenciado;
- IX. Históricos das operações realizadas por usuário previamente autorizado pelo CONTRATANTE;
- X. Indicação dos veículos que apresentarem distorções em termos de quilometragem
- XI. Despesas realizadas por Centro de Custo.

4.3.16. Modelo de Relatórios para análise Gerencial:

- I. Desempenho geral da frota por período;
- II. Desempenho X Custo por Categoria (Veículo leve – carros e motos), Veículos pesados (ônibus, micro-ônibus, caminhões e máquinas diversas) etc.
- III. Desempenho X Idade da Frota por período;
- IV. Desempenho X Modelo de Veículo por período;
- V. Desempenho Operações X Veículos leves;
- VI. Utilização média mensal dos veículos por KM rodado;
- VII. Desempenho por motorista;
- VIII. Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos.

5. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO SISTEMA PARA A PRÉ-QUALIFICAÇÃO

5.1. As empresas interessadas em participar desta pré-qualificação deverão enviar na data determinada no cronograma todos os documentos do tópico 4 no e-mail da licitação do CIMBAJE: licitacao@cimbaje.mg.gov.br.

5.2. Para a apresentação do sistema, as empresas interessadas deverão produzir um vídeo demonstrando cada módulo do sistema, em conformidade com os itens especificados no subtópico 4.3.

5.3. Ressalta-se que, para maior agilidade no processo, é essencial que, ao apresentar cada módulo, o fornecedor identifique claramente o inciso, parágrafo ou tópico do edital ao qual o módulo se refere.

5.4. A(s) empresa(s) pré-qualificada(s) receberão um certificado que será enviado ao mesmo endereço de e-mail utilizado para o recebimento das documentações pelo CIMBAJE. Esse certificado habilitará as empresas a participarem do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 007/2024**.

6. INDICAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO RESULTADO DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES

6.1. O resultado da pré-qualificação poderá ser utilizado por outros órgãos e entidades, incluindo aqueles pertencentes a diferentes entes federativos e poderes, desde que haja interesse e compatibilidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7. DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA FUTURA LICITAÇÃO

7.1. A futura licitação será conduzida na modalidade de pregão eletrônico.

7.2. O critério de julgamento adotado será o de maior percentual resultante.

8. PRAZOS

8.1. O exame dos documentos deverá ser feito no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo o agente ou a equipe de apoio determinar correção ou reapresentação de documentos, quando for o caso, com vistas à ampliação da competição.

8.2. O certificado de PRÉ-QUALIFICAÇÃO terá vigência de 01 (um) ano.

8.3. O prazo de validade da presente PRÉ-QUALIFICAÇÃO não será superior ao prazo de validade dos documentos apresentados pelos interessados.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I. Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de publicação do resultado em face de ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado.

9.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

9.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.5. Os recursos deverão ser acompanhados de documentação comprobatória que demonstre a representatividade do representante legal que assinou os mesmos.

9.6. Os recursos deverão ser enviados no e-mail da licitação do CIMBAJE: licitacao@cimbaje.mg.gov.br

10. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

10.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei ou para pedir esclarecimentos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164 da Lei nº 14.133/2021).

10.2. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Agente de contratação ou equipe de apoio, por meio eletrônico.

10.3. A impugnação deverá estar subscrita e acompanhada da documentação do impugnante, sendo CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, ou de CNPJ e ato constitutivo, se pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como da procuração e outros documentos que comprovem que o signatário possui poderes de representação, se o caso.

10.4. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

10.5. Caberá à equipe de apoio, auxiliado pelos responsáveis requisitantes pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação. 1

10.6. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela equipe de licitação, nos autos do processo de licitação.

10.10. Se houver modificação do edital a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A equipe de apoio e o agente de contratação rejeitarão a documentação que seja apresentada em desacordo com as exigências do Edital.

11.2. Reserva-se ao CIMBAJE o direito de, em qualquer fase desta Pré-qualificação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente do processo licitatório.

11.3. A Proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e da Documentação apresentada, podendo a equipe de apoio e agente de contratação inabilitá-la, caso seja constatada a ocorrência de imprecisão ou falsidade das informações e/ou da Documentação apresentada.

11.4. Os casos omissos serão decididos pela equipe de apoio e agente de contratação.

11.5. O resultado da Pré-Qualificação será divulgado, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Sítio Eletrônico Oficial do CIMBAJE e no Diário Oficial do Municípios Mineiros.

11.6. Os Licitantes interessados em participar do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2024- com o critério de MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, deverão estar pré-qualificados.

Jacinto – MG, 09 de Dezembro de 2024.

Aureliomarks Matos de Oliveira
SECRETARIO EXECUTIVO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 110B-FE31-A1A0-ADAA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



AURELIOMARKS MATOS DE OLIVEIRA (CPF 049.XXX.XXX-06) em 09/12/2024 11:55:18 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cimbaje.1doc.com.br/verificacao/110B-FE31-A1A0-ADAA>